



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
SECRETARIA DE ESTADO DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

I CURSO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

14 a 18 de Setembro de 1992

COMUNICAÇÕES



CENTRO DE ESTUDOS
E FORMAÇÃO AUTÁRQUICA

COIMBRA — 1994

PARA UMA GESTÃO INTELIGENTE DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO *

SÍNTESE

Pelas suas características singulares — designadamente, a sua originalidade e antiguidade — exerce o património arqueológico incontestável fascínio.

Cada vez mais susceptível de atrair visitantes e, cada vez mais também, importante elo de ligação das populações com as suas raízes ancestrais, os restos arqueológicos assumem um duplo papel — turístico e pedagógico — que de forma nenhuma se pode menosprezar.

É, contudo, um património *sui generis* que implica habitualmente consideráveis dispêndios financeiros, de rendibilidade não imediata, e que requer, por outro lado, uma educação não fugaz para que, em plenitude, dele se possa usufruir.

Pretende-se, pois, nesta intervenção, entabular um diálogo que permita gizar algumas linhas de actuação com vista a uma gestão inteligente do património arqueológico.

Cumpro, em primeiro lugar, regozijar-me com a iniciativa deste curso. Falar de gestão do património pode parecer moda — e sê-lo-á — mas é também necessidade. Em termos culturais, dada a nossa integração na Comunidade Europeia; em termos económicos, porque justificadamente escreveu o Professor Jorge de Alarcão, há alguns anos, quando exercia

* Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

funções de vereador da Cultura na Câmara Municipal desta cidade de Coimbra, «restaurar é mais rendível que demolir».

Por outro lado, foi bem escolhido o público. Nas câmaras municipais reside a nossa esperança, dado que, a nível da capital, designadamente após a promulgação do Decreto-Lei n.º 106-F/92, de 1 de Junho, que criou o IPPAR, as perspectivas são ainda mais cinzentas. As autarquias constituem, pois, a nossa tábua de salvação.

Por isso, a Câmara Municipal de Sintra criou uma Escola Profissional de Recuperação do Património para dar formação técnica nas áreas de madeiras, estuques, pintura mural, azulejaria, cantaria e metais. E porque é moda falar de património, zelar pelo seu património, existe um Instituto Rainha Dona Leonor que publicamente se anuncia como de «consultores de património cultural» interessados em ajudar-nos na sua «valorização, defesa, inventariação, conservação e restauro»...

Oxalá a moda pegue — porque, desta feita, os resultados serão certamente benéficos para a comunidade.

Gestão: utilização racional e proveitosa. Rendibilizar: lançar mão dos meios mais adequados — de todos os pontos de vista — aos objectivos fixados. Inteligente: porque se não parte duma concepção economicista, de rendibilidade contabilística, mas sim duma perspectiva humanista.

«Portanto, não rendível», objectarão.

Não será bem assim. Não quero dizer que se tenha forçosamente de perder dinheiro com estas “esquisitices” do património; mas tão somente que importa estarmos bem convictos de que, *à partida*, o objectivo não é *ganhar* dinheiro.

Mas... será mesmo inviável a rendibilidade do património cultural ou, neste caso, arqueológico? Creio que muito pelo contrário: importa demonstrar que não só é *possível*, como *legítimo*, como — até — *obrigatório* lutar por essa rendibili-

dade, ainda que, como frisa a Dr.^a Adília Alarcão num dos seus trabalhos (1985), o investimento na Arqueologia, apesar de gratificante, «só excepcionalmente ofereça rendimento directo e em prazo aliciante».

Património arqueológico. A escolha do tema foi motivada pela minha 'profissão' e pelas características próprias deste tipo de património: o mistério que o envolve, a emoção da sua descoberta (recordem-se os filmes e as séries televisivas do Indiana Jones...), a moda (aqui também), a riqueza que pode representar (nomeadamente a nível de património subaquático), a sua originalidade.

Para simplificar, considerarei que património arqueológico é o que resulta de escavações. E, de um modo geral, o âmbito cronológico que abarca vai desde os tempos pré-históricos até começos da Idade Média, embora haja uma Arqueologia Medieval e se esteja a desenvolver hoje cada vez mais uma Arqueologia Industrial. Genericamente, porém, liga-se Arqueologia à Pré-História e ao tempo dos Romanos.

Das escavações resulta um património móvel, os objectos; e estruturas arquitectónicas, as ruínas.

O primeiro problema que se põe é da propriedade desse património. As regras são, a este propósito, pouco conhecidas do grande público e carecem de urgente revisão. Habitualmente, e nos termos da Portaria 268/78, que regulamenta os trabalhos arqueológicos, os objectos exumados duma escavação ficam na posse do arqueólogo responsável, como seu fiel depositário; darão posteriormente entrada num museu local, regional ou nacional, consoante a importância do espólio. E as ruínas são objecto de negociação entre o proprietário do terreno em que estão implantadas e o município ou o Estado. Compreendem-se as dificuldades enormes de que geralmente tais negociações estão ericadas, dados os vultosos interesses em jogo, mormente em zonas de forte

pressão urbanística ou no centro histórico das cidades e das vilas.

A segunda questão é a do caminho a seguir depois. Os objectos, em princípio, deverão ser mostrados à população, expostos; e, para isso, a ideia de um museu surge imediata. Quanto às ruínas, importará protegê-las, valorizá-las, ou seja, se possível, *musealizá-las*.

Quiçá seja oportuno determo-nos aqui um pouco, a reflectir: qual é a missão do autarca? Zelar pelo bem-estar das gentes. Este, o fito principal do Homem: ser feliz, sentir-se bem dentro da sua pele. E o que é ser feliz na perspectiva autárquica? Ter condições de vida: infraestruturas, bom ar, boa água, alimentos saudáveis... Bem-estar psicológico: «É bom viver em...». Ou, como diz o mote de Oeiras para o ano corrente: «Oeiras vale a pena». Significa *também* que a terra onde se vive detém motivo de interesse para ser falada, para ser visitada. Se for falada, daí advém para a população um certo — e não despidendo — consolo psicológico: não se é desconhecido, deixa-se algum rasto. Daí a ter orgulho da sua terra vai um passo e só um néscio não compreenderá o alcance de tal sentimento. E ter orgulho porque há na terra coisas antigas para mostrar é ufanía a que já o humanista André de Resende, no longínquo século XVI, não resistiu, quando escreveu sobre as «antiguidades da Lusitânia», porque, se por ali nada realmente existira de assinalável, o mestre não hesitou em inventar...

Recordo, a propósito, uma cena passada comigo, anos atrás, em S. Margarida do Sado. Leite de Vasconcelos escrevera que determinada inscrição romana dessa terra fora transportada, após o seu achamento, para o Museu Etnológico de Belém que ele dirigia. Debalde eu a procurei por tudo quanto era reserva e canto escuso. Decidi-me, pois, a ir a Santa Margarida. A pedra ainda lá estava, a servir de cunhal na

capelinha. Lá me preparei para a estudar e fotografar, galinhas andavam por ali e, da casinha ao lado, saiu de pronto uma velhinha. Saudámo-la e ela:

— Isto é pedra muito antiga, senhores! Se os senhores soubessem a quantidade de gente que pára aí para a ver!... Coisa do tempo dos Mouros. A gente não a deixa tirar de cá.

Aquietei-a: que vínhamos de Coimbra mas não lhe íamos tirar pedra nenhuma. E lá lhe expliquei, como pude, o significado histórico do monumento, louvando o interesse que havia em preservá-lo.

A velhinha dera-me, sem querer, a explicação: quando os colaboradores de Leite de Vasconcelos foram para retirar a pedra com letras, a população opôs-se terminantemente. Até hoje.

Cá está: não interessa apenas que a terra seja falada; importa também que seja visitada, porque, além do mais, serão tais visitas que animarão o comércio local. As contrapartidas económicas.

E é aqui que entra a Arqueologia.

Freiria era um sítio, no interior do concelho de Cascais, quase por completo desconhecido de munícipes e autarcas. Hoje, por via das escavações que lá se fazem, em interessante *villa* romana, os meios de comunicação social a cada passo lhe fazem referência, os moradores estão contentes e até um poeta popular, Celestino Costa, em livro que há dois meses tivemos a dita de publicar sob o título *A Minha Terra e Eu*, lhe dedicou esta quadra em fim de poema:

Das «terras» da minha terra

Já fugiu a poesia,

Mas pode, um dia, voltar,

Como voltou à Freiria.

Os trabalhos ali realizados já expressamente motivaram uma visita de arqueólogos do Istituto di Studi Romani, de Roma; daí se têm colhido proventos científicos para o País e dividendos políticos para a autarquia que, até agora, os vem apoiando.

Na verdade, temos de nos convencer que o chamado desinteresse é algo mais fictício que real. Nada hoje se faz sem contrapartidas. Hoje como ontem, como amanhã. Contrapartidas que são de variadíssima ordem, e não apenas económicas. Tem-se sobrevalorizado o aspecto económico na nossa vida, talvez por uma visão demasiadamente materialista da História e da existência. Mas tantas vezes nos sentimos recompensados por um sorriso, por um forte abraço, por um bem-haja sincero! E quantas outras o nosso sentimento de frustração, o nosso desalento não radicam apenas na ausência desse sorriso quente, desse abraço amigo, dessa gratidão manifestada!

Daí que eu tenha falado em *gestão inteligente*: porque muitas das contrapartidas, aqui, se situam mais ao nível do sentimental, da vivência quotidiana, do que ao nível do conto de réis amealhado.

Sim, dir-me-ão, mas quantas vezes não fomos nós atrás do conto... do vigário?!...

Apareceu-nos aí um arqueólogo. Pediu-nos fundos em troca dos mundos e fundos que nos prometeu. Ele era a valorização turística! Ele era o enriquecimento do museu, quando não a sua criação! Ele eram os apoios financeiros do Governo central! Sei lá eu!...

Afinal, só trabalhos!

Dei alojamento e comeres a toda a equipa — que não era tão pequena como isso! Tratei-os como senhores — eram gente da universidade, caramba! Facilitei máquinas e ferramentas. Dei até homens para as campanhas... E depois?

Os materiais — alguns bem interessantes — levaram-nos lá para a Universidade, a pretexto de que os tinham de tratar e de estudar. As ruínas ali ficaram à chuva e ao vento. Medram as ervas. Os proprietários a cada passo me batem à porta «Sr. presidente, sr. vereador, como é? Não tenho amanhã aquilo, quando é que a gente se assenta a uma mesa para botar contas à vida?». E a Secretaria de Estado da Cultura... promessas pela boca do arqueólogo. E os officios, mês sim mês não... E tudo na mesma, na burocracia atafalhada dos serviços centrais...

Foi por isso que, perante a insistência dos organizadores, me decidi a aceitar o desafio de estar hoje aqui convosco, para debatermos em conjunto este problema — que é, afinal, actualmente, o da totalidade dos municípios portugueses. Há-os com mais, outros com menos; e os que, até ao momento, quase nada têm estão desejosos por ter.

É que, na verdade, a Arqueologia está, como disse, cada vez mais na moda. Mercê dos (excelentes!) documentários televisivos; mercê do extraordinário fascínio que exerce sobre o ser humano tudo o que é misterioso, longínquo, tudo o que brota insuspeitado das entranhas da Terra.

Muitos dos nossos estudantes de Arqueologia inscrevem-se no curso por engano, sem terem a noção exacta da alhada em que se vão meter — porque ele há, de facto, muitas outras formas, e até mais divertidas, de viver e morrer pelintra!... Mas tudo bem! Eles querem, os pai-zinhos lá fazem a vontade aos pequenos e eles aí vão embalados. Quando toca a pegar na picareta, na vassoura; quando toca a abdicar de férias de papo pró ar na praia e passar umas semanitas de calor, poeira e suor, sem que as descobertas surjam a cada picaretada... então, aí é que a porca torce o rabo!...

O mesmo dizem os autarcas: tanta promessa e... nada! Fiquei com o bebé-chorão nos braços e como é que lhe dou de mamar?...

«Mamar» — será que é possível?

Portanto, o que se pretende é *obter contrapartidas* dos monumentos e dos objectos arqueológicos. Contrapartidas que redundem em benefício da população e que — se possível — até cubram as despesas efectuadas no apoio à investigação.

Começemos pelas *contrapartidas políticas*.

O Executivo tem de apresentar-se aos olhos dos munícipes — e dos outros municípios e do País e da Europa — como interessado na defesa e na valorização do património existente no seu território.

Não bastará, pois, fazer ou — o que seria ainda pior — quedar-se apenas pelas intenções, pelas palavras. *É preciso dizer que se fez, que se faz, que se tem intenção de fazer* — aqui entro no domínio das relações públicas, da comunicação social, das relações com a imprensa — aspectos de que Luís Macedo de Sousa eloquentemente e com saber de experiência feito vos falará. Para ele vos remeto.

Mas seja-me permitido sublinhar, desde já, a importância que tem a veiculação, *através dos serviços camarários*, da informação acerca dos trabalhos arqueológicos em curso no concelho e que o Município apoia. Só quem for inexperiente nestas andanças, só quem estiver distraído (e há distrações que se pagam caro depois!...) é que disso se não apercebe.

Por conseguinte, um primeiro trunfo a utilizar: a *informação*

- clara
- concisa
- aliciante e sedutora
- frequente
- bem distribuída.

Recorde-se que, por vezes, o custo da publicidade, da promoção, pode ser consubstanciado num simples almoço, numa atenção.

Informar, informar, informar!

Um extremo será o daquele autarca que, sempre que nova medição das obras se executa e se paga num bairro social, logo informa a imprensa como se de nova iniciativa se tratasse. É o chiste das estradas e das pontes inauguradas mais do que uma vez... O outro extremo, o daquele que se cala e repete que o que interessa é fazer. Não leu o Evangelho: «Não se acende uma candeia para a botar debaixo do alqueire!» (Mateus, 5, 15). Essa, aliás, a missão do autarca: fazer, agir. Para isso foi eleito.

* * *

Deixo de parte a questão dos terrenos: é de âmbito jurídico e requer, acima de tudo, *vontade política*, diplomacia e sensibilidade grande aos legítimos direitos dos proprietários.

A questão dos museus prende-se a fundo com a temática que estamos a abordar e não posso, por isso, deixar de sobre ela tecer algumas considerações.

De facto, uma das primeiras ideias que surgem quando se põe a descoberto um sítio arqueológico é: *podemos fazer dali um museu*.

Creio que Conímbriga exercerá, neste aspecto, um certo fascínio, apresentando-se qual modelo a seguir. E amiúde se aponta como tal, sem nos apercebermos bem das reais circunstâncias que devem estar por detrás da criação dum museu com essas características.

Antes de mais, importa dizer que um museu assim tem dispêndios muito superiores às receitas. Isto, evidentemente, se contabilisticamente pusermos lado a lado as colunas do *deve* e do *haver*.

E talvez valha a pena fazermos aqui um parêntesis para referir, a talho de foice, duas notícias saídas a lume este Verão.

Sob o título «eterno estaleiro de obras é igreja mais visitada da Alemanha» publicou «A Capital» (7-08-1992, p. 23), um texto sobre a catedral de Colónia, em cuja manutenção se gastam 34 mil contos por ano sem que isso chegue «para manter a catedral em perfeito estado de saúde», pois, como ali se transcreve, «no meio de nuvens tóxicas e banhada por chuva ácida, ela mais parece uma vela gigantesca a derreter-se e, por isso, tornou-se o símbolo da nossa própria sobrevivência». Trata-se, na verdade, de «uma soma ridícula se considerarmos quanto significa para a cidade», afirma a Associação Central para a Construção da Catedral de Colónia, entidade de direito público que, desde há 150 anos, é proprietária do templo. Trabalha para a catedral uma equipa de «cem pessoas, entre arquitectos, arqueólogos, historiadores de arte e restauradores, pedreiros e entalhadores, marceneiros e ourives».

Dir-se-á: mas que tem a ver a catedral de Colónia com a problemática dos museus de sítio?

É que o museu de sítio só tem razão de existir se for *de sítio*, ou seja, se tiver acoplado a si um sítio arqueológico onde as questões de conservação e de manutenção assumem importância fundamental, designadamente como voraz e insaciável sorvedouro de capitais...

Mas vamos à outra notícia.

Uma reportagem do «Jornal de Coimbra», de dois dias antes, 5 de Agosto. Refere-se aos trabalhos então em curso precisamente na cidade romana de Conímbriga. E logo o título é, em meu entender, deveras significativo e ilustra às mil maravilhas o teor da nossa conversa: «Terrenos privados impedem continuação de escavações: anfiteatro de Conímbriga vai continuar nas trevas?»

No corpo do artigo, há duas passagens do depoimento do Dr. António Queirós que merecem destaque. António Queirós é um dos responsáveis pela iniciativa, o I Campo de Educação Ambiental de Conímbriga — um nome sugestivo para um programa que visa, de certa maneira, a *redescoberta* da cidade antiga nos seus múltiplos aspectos — como património histórico propriamente dito, etnográfico, artístico, ecológico... — mostrando como uma realidade aparentemente morta, *passada*, integralmente parada no tempo após a invasão dos Suevos em meados do século V — permanece, afinal, bem viva, bem mais próxima de nós do que à partida poderíamos supor, porque já então os homens na cidade tinham, como nós hoje, problemas de convivência, de abastecimento de água, de escoamento de esgotos, de votos a conquistar e de jogos a fazer para aliciar e entreter o povo...

Por isso, Conímbriga tinha o anfiteatro. E é precisamente este o edifício ora a descobrir e com ele se prende o primeiro ponto que eu peço licença para ler. Diz o arqueólogo:

«Provavelmente, uma grande parte da bancada e do recinto ainda se encontram intactos, embora estejam soterrados. A exploração desta área representaria uma descoberta de grande valor arqueológico, que permitiria alargar o número de visitantes para um valor significativo. Só que isto tem outras implicações, designadamente o facto de os terrenos serem privados. [...] Estamos a fazer sondagens extremamente limitadas, em pequenas áreas que são pontos-chave (...) para verificar como é o anfiteatro, mas fazemo-lo «por favor» — em terrenos de particulares, que não pertencem ao Estado. Nesta situação nada mais é possível fazer».

O eterno problema do património arqueológico!

Mas há mais! E António Queirós di-lo duma força singela, como quem não quer a coisa:

«Muita gente que visita as ruínas, olha para elas e fica

com a ideia simplista de que isto se descobriu, desenterrou-se e agora conserva-se por si próprio. (...) As ruínas não só não se conservam, como são profundamente desgastadas por acção do vento, da chuva, da erosão do solo e também nalguns casos pela incúria dos visitantes».

Por isso se acaba de formar, também aqui, uma associação de apoio — a *Liga de Amigos de Contimbriga* — que visa colmatar as carências orçamentais do Museu Monográfico. Não porque vá auferir de grandes receitas próprias, mas sim — como se compreende — pela possibilidade que dá, sendo uma instituição de índole cultural sem fins lucrativos, de receber doações passíveis de dedução fiscal por parte dos doadores a nível de IRC e IRS. Um expediente, portanto!

Vamos, então, pôr de parte o museu de sítio?

A resposta — como se calcula — não pode ser linear. Há que ter bom senso, criteriosa ponderação de prós e de contras. E a Dr.^a Adília Alarcão salienta-o muito bem, quando afirma que a criação dum museu de sítio só se justifica:

- 1.º se o sítio arqueológico possuir
 - a) uma grande área explorada a exigir cuidados diários de conservação e manutenção;
 - b) um espólio vasto e suficientemente rico e variado para merecer exposição permanente;
- 2.º se o museu a criar não ficar relativamente próximo dum outro (não monográfico) capaz ele próprio de dar satisfação a tais requisitos;
- 3.º se há fundamentadas perspectivas de que, durante todo o ano, ali acorra um público numeroso;
- 4.º se o museu ficar nas imediações de um contexto urbano (para o necessário apoio logístico);

5.º) se houver garantias bastante seguras de que venha a possuir um orçamento e um quadro de pessoal estáveis.

Portanto, termina Adília Alarcão, «não se verificando tais condições, no seu conjunto, o museu monográfico há-de constituir decepção ou exagerado investimento, pois só pode evitar a mediocridade de serviços para que o isolamento e a modéstia da sua dimensão o predispõem, desenvolvendo ao máximo os recursos próprios».

Falámos já

- da necessidade de informar;
- dos custos que normalmente envolve a conservação das ruínas;
- das cautelas de que se há-de rodear a criação dum museu de sítio.

Panorama negro, então? Dispêndios enormes sem contrapartidas?

Claro que não — e veja-se o citado caso da catedral de Colónia; apesar de ser exemplo de património edificado, prende-se eloquentemente com o nosso tema.

Não vamos, pois, baixar os braços e temos que desdobrar-nos a dar voltas à imaginação para... fazer das tripas coração. E isto diz respeito à promoção das terras e das gentes — fim último, aliás, de todo o programa autárquico digno desse nome, como se acordou.

* * *

Desde o III Congresso Nacional de Turismo, realizado no Norte do País por altura do jubileu do turismo em Portugal (Dezembro de 1986), que se apontou como meta desejável a valorização dos destinos turísticos de âmbito cultural. A segunda conclusão do Congresso preconiza precisamente

a necessidade de reforçar a óptica cultural como referencial da evolução do turismo. E a quarta (entre 25) afirma que os trabalhos do congresso demonstraram como era imperioso vivificar o património cultural português em articulação com o turismo.

É nessa perspectiva que se situa também, como se sabe, o Plano Nacional de Turismo gizado ao tempo de Licínio Cunha. Cada vez mais um turismo «científico» (digamos assim) se torna desejável.

Também aqui, no que concerne ao aproveitamento turístico dos sítios arqueológicos, se hão-de ter em conta diversos condicionalismos — porque, como em todos os aspectos da vida, nada surge dum momento para outro, e o investimento em Arqueologia é, de facto, um daqueles que requer mais dilatado prazo.

Em primeiro lugar, nem todos os sítios são conserváveis. Diria, até, que para muitos deles o melhor seria, de momento, voltar a tapá-los, depois de feitos os convenientes registos.

Vamos, pois, valorizar — e investir a fundo — nos que *seleccionarmos* com objectivos turísticos ou pedagógicos.

Na opinião da Dr.^a Adília Alarcão, com quem inteiramente concordo, a valorização dum monumento ou sítio exige:

1. a definição de uma área protectora
2. a existência de suficiente pessoal de guarda
3. um responsável científico
4. informação acessível ao visitante
5. capacidade de manutenção
6. acesso fácil.

E para que se enquadre, de pleno direito, num circuito turístico requer-se:

- a) que ele tenha impacto visual;
- b) que seja fácil de encontrar;

c) que ofereça ao visitante o desejável apoio logístico (local de estacionamento, instalações sanitárias, painéis explicativos, quiosque, publicações...).

A isto se chama *musealizar um sítio*, a alternativa ao museu de sítio.

* * *

Não vamos criar um museu de sítio nem o sítio é musealizável? Ainda há outra hipótese: é que existirá decerto um museu municipal ou regional que pode albergar os materiais exumados, apresentando os mais significativos em *exposição permanente*, depois de devidamente estudados pelos arqueólogos responsáveis (e aqui, permita-se-me o parêntese, há que insistir junto deles e chegar a plataformas de consenso quanto à calendarização do estudo e formas de publicação).

Exposição permanente numa sala ou numa secção do museu — como aconteceu, por exemplo, em Faro, com o mosaico do Oceano.

Mas também — e porque não? — *uma exposição temporária*, espécie de minimuseu de sítio. Exposição que facilmente se prepara, que tem adequado catálogo (mais ou menos «luxuoso», consoante as circunstâncias e os objectivos a atingir), que se propaga na Comunicação Social, para a qual se organizam visitas guiadas das escolas. Um mês, dois meses, três... Uma dinamização, uma chamada de atenção, um pólo de atracção de forasteiros, uma consciencialização dos residentes para os seus valores ancestrais, *uma descoberta das suas raízes*, hoje que, por via de Maastricht, tanto se fala em desenraizamento e nos enormes problemas sócio-psicológicos que ele comporta...

E, depois, senhores, é tudo uma questão de *marketing*, como hoje se diz, de adequada promoção.

Uma autarquia carece sempre de material

- *para ofertas*

- aos visitantes
- aos participantes num congresso
- aos seus colaboradores
- aos seus amigos

- *Para permutas*, que é expediente eficaz e económico para enriquecer

- a biblioteca
- os serviços culturais
- os serviços de apoio às escolas

- *e para vender*

(quem disse aí que a cultura não pode dar dinheiro?)

E, aqui, melhor que eu, Luís Macedo de Sousa vos dará pistas mais do que suficientes. Cito algumas:

- o desdobrável (didáctico e de prestígio)
- a colecção de postais
- a colecção de diapositivos
- a monografia
- o vídeo
- o poster
- a réplica...

Tudo isto, afinal, *bem feitas as contas*, acaba dar dinheiro — ou, pelo menos, acaba por suprir facilmente as despesas.

Requer-se, apenas, um pouco de criatividade, de imaginação, de... vontade política!

No fundo, no fundo, gostarmos daquilo que estamos a fazer.

Com as facilidades das comunicações, com os progressos da técnica, temos hoje acesso, quer pelas viagens, quer pelos documentários televisivos, a maravilhas até há pouco insuspeitadas. Por isso até — penso eu — estamos a perder a nossa capacidade de admiração, de entusiasmo, de... conquista. Tudo parece estar ao alcance da nossa mão, não há quase necessidade já de... Ihe fazer a corte! É verdade! Até fazer a corte parece ter caído em desuso.

A nós, portanto, que nos prezamos de ser homens de cultura, o supremo desafio de despertar nos outros esse encantamento. Mesmo diante do anel romano já tocado pelo verdete, que traz singelamente gravados um V e um F — siglas de *Utere Felix*, desejo sincero de *Felicidades!*

Pois que todos consigamos *usar com felicidade* o património arqueológico do nosso pequeno rincão.

BIBLIOGRAFIA *

- ADMINISTRAÇÃO LOCAL E INFORMAÇÃO, Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, Junho 1989 (sob orientação de Luís Macedo de Sousa).
- ALARCÃO (Adília M.), *Arqueologia e Turismo*, «1.ª Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano 85, Actas», Castelo de Vide, 1987, pp. 9-11.
- ALARCÃO (Adília), *Os museus monográficos e os sítios arqueológicos — uma opinião*, «Arquivo de Cascais», 7, 1988, pp. 269-274.
- III CONGRESSO NACIONAL DE TURISMO — Documentos, Porto, 1986.
- CUNHA (Licínio), *Política de Turismo*, Secretaria de Estado do Turismo, Lisboa, 1987.
- DECRETO-LEI n.º 258/86, de 28 de Agosto: clarifica aspectos fiscais relativos ao chamado «mecenato».
- DECRETO REGULAMENTAR N.º 38/90, de 27 de Novembro: regula a avaliação do impacto ambiental estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de Junho.

* Indicam-se alguns trabalhos e diplomas que, directa ou indirectamente, versam a temática aqui abordada, mesmo que não tenham sido expressamente referenciados no texto.

Aproveito o ensejo para referir que — tendo mantido aqui o carácter de oralidade da conferência — houve tópicos que, na altura, deliberadamente deixei para o eventual debate subsequente e que, por conseguinte, também agora omiti:

- a criação de gabinetes de Arqueologia camarários;
- a assinatura de protocolos, para salvaguarda dos bens arqueológicos, com associações de defesa do património, com a EDP, os TLP/CTT, a Junta Autónoma de Estradas...;
- o mecanismo das classificações dos monumentos (estipulado pela Lei 13/85, de 6 de Julho, ainda por regulamentar) e a sua eficácia;
- o relacionamento com o actual Instituto Português do Património Architectónico e Arqueológico (IPPAR), designadamente no que concerne à autorização de trabalhos arqueológicos (regulamentados, como se disse, pela Portaria n.º 269/78, de 12 de Maio).

- ENCARNAÇÃO (José d'), *A propósito de uma visita de estudo — o turismo científico*, «A Nossa Terra» (Cascais), 11-06-1965.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Património arqueológico — Perspectivas para uma política*, «Arquivo de Cascais», 1, 1980, pp. 83-89.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Turismo arqueológico*, «Portugal Turismo & Actualidade» (Lisboa), 34 (Agosto de 1984), p. 64.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Costa do Estoril, os ingredientes de um apetitoso prato turístico*, «Jornal da Costa do Sol» (Cascais), 18/25-12-1986.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *O património cultural como importante factor de turismo*, «Jornal da Costa do Sol» (Cascais), 22-01-1987.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *'Cascais ao tempo dos Romanos' — balanço de uma exposição itinerante*, «A Escola vai ao Museu» (Actas do Colóquio APOM/87) Lisboa, 1987, pp. 91-97.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *A Arqueologia na modificação da paisagem*, «Biblos» (Coimbra), 65, 1989, pp. 201-220.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Da invenção de inscrições romanas pelo humanista André de Resende*, «Biblos» (Coimbra), 67, 1991, pp. 177-205.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Um futuro para o nosso passado*, «Brigantia» (Bragança), 11 (1-2), Janeiro/Junho 1991, pp. 127-134.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Conviver hoje com os Romanos de ontem*, «Boletim de Estudos Clássicos» (Coimbra), 15, Junho de 1991, pp. 109-113.
- 1.º ENCONTRO NACIONAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS NAS AUTARQUIAS — TEXTOS E INTERVENÇÕES, Direcção-Geral da Administração Autárquica, Lisboa, 1987.
- MUSEUS, PARA QUÊ? — Actas do Colóquio APOM 75, Associação Portuguesa de Museologia, 1975.
- MUSEU DE REGIÃO, PÓLO DINAMIZADOR DE ACÇÃO CULTURAL — Actas do Colóquio APOM 1977, Associação Portuguesa de Museologia, 1982.
- ROTEIROS DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA: 1 — *Lisboa e Arredores* (1986); 2 — *Ruínas de Conímbriga* (2.ª edição, 1989); 3 — *Miróbriga* (1990). Uma iniciativa editorial do Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural, Lisboa. Aditamento (em 2012): 4 — *Gruta do Escoural* (1995); 5 — *S. Cucufate* (1998); 6 — *Antas de Elvas* (2000); 7 — *Miróbriga: ruínas romanas* (2001); 8 — *Cola: circuito arqueológico* (2002); 9 — *Milreu: ruínas* (2002).